

• Constituinte

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Rocha Diniz diz que a sociedade pagará as contas da anistia

por Ronaldo D'Ercole de São Paulo

"Foi uma noite em que a insânia coletiva se abateu sobre o Congresso Constituinte..."



Antônio de Pádua Rocha Diniz

"Foi uma noite em que a insânia coletiva se abateu sobre o Congresso Constituinte..."

Entre esses "ordenamentos", segundo o presidente da Febraban, vale destacar os danos jurídicos decorrentes da aprovação definitiva da emenda...

Entre esses "ordenamentos", segundo o presidente da Febraban, vale destacar os danos jurídicos decorrentes da aprovação definitiva da emenda...

Partindo dessa constatação, Rocha Diniz engrassa o coro de advertências que vinham sendo conclamadas por várias autoridades governamentais sobre as consequências sociais que a aprovação da emenda traria...

Galletti acredita que safra será comprometida

por José Mauro Arbez de São Paulo

A concessão da anistia para as dívidas dos pequenos e médios produtores rurais deverá comprometer o andamento da próxima safra...

Além da falta de recursos para financiar o custeio da safra, a medida deverá provocar um atraso na definição da política de crédito rural a ser adotada pelo governo...

Para mineiros, muitos foram injustiçados

por Maria do Graça Mascarenhas de Belo Horizonte

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Nansen Araújo, classificou, ontem, como "uma punhalada contra o País" a aprovação pela Constituinte da anistia da correção monetária sobre os empréstimos dos pequenos tomadores, durante o Plano Cruzado...

"A característica da livre iniciativa deve ser a de se assumir riscos, o que não está havendo. E uma decisão que justifica a expressão de que o País não é sério. Toda a comunidade vai pagar por um compromisso que não assumiu..."

Para o secretário da Indústria, Mineração e Comércio de Minas Gerais, Luiz Ricardo Goulart, a aprovação da anistia significou "a institucionalização do calote". Segundo ele, muitos pequenos empresários venderam seus bens para pagar as dívidas e foram injustiçados agora...

"A Constituinte premiou os inadimplentes, alguns em situação que justificava uma medida, mas a grande maioria não é merecedora. Os que foram corretos certamente entrarão na Justiça, e os prejuízos da aprovação da anistia são incalculáveis. Muitos bancos,

Rezende não acredita em cortes no orçamento da safra 88/89

por Ivanir José Bortot de Brasília

O ministro da Agricultura, Iris Rezende, acredita que não serão necessários cortes no orçamento de custeio e investimento da safra 1988/89 para compensar as perdas do governo com a anistia dos débitos de correção monetária concedida pela Constituinte aos empresários e agricultores...

"A dívida de empresários do comércio e da indústria alcançada pelo perdão na Constituinte é muito maior que a dos produtores. Desta forma não há que penalizar os recursos para a agricultura, disse a este jornal por telefone o ministro Iris Rezende. Para ele as medidas preventivas que chegaram a ser pensadas deverão ficar minimizadas, "quando o governo tiver os números reais dos recursos perdidos..."

O ministro da Agricultura espera que a decisão da Constituinte não mude o comportamento adotado até agora pelo governo de estimular a produção de cereais do País. "Precisamos aproveitar a conjuntura favorável de preços dos produtos agrícolas no mercado externo para capitalizar o setor rural e trazer mais divisas para o Brasil", alertou o ministro Iris Rezende.

O Ministério da Fazenda, no entanto, adotou ainda ontem uma medida restringindo para CZ\$ 10 bilhões, um orçamento já aprovado pelo governo de CZ\$ 47,1 bilhões para a agricultura em julho. O governo vai repassar recursos apenas para os agricultores que já tinham firmado contratos com o Banco do Brasil.

A decisão do Ministério da Fazenda deverá penalizar, principalmente, o plantio do trigo e de hortigranjeiros. O orçamento aprovado anteriormente previa a aplicação de CZ\$ 40,610 bilhões com o custeio agrícola. Os produtores de café, cacau da Bahia, e Centro-Sul serão prejudicados. Ficaram também sem recursos os produtores de cana-de-açúcar no Nordeste, que estavam plantando agora e os agricultores que estão colhendo a safra no Centro-Sul. Os recursos novos seriam ainda utilizados para o plantio do algodão no Nordeste.

O corte no orçamento de crédito de custeio previa ainda recursos para a colheita de laranja no Centro-Sul e feijão e milho no Nordeste. Os produtores de trigo do Sul do País também serão penalizados. A área econômica do governo havia estabelecido recursos específicos para preparo de solo e tratamentos culturais do trigo.

Na distribuição do di-

Cultura define beneficiados

por Cláudia Izique de São José do Rio Pardo

A anistia da dívida de pequenos produtores rurais tomadores de crédito de até 5 mil OTN, entre fevereiro de 1986 e dezembro de 1987, dividirá São José do Rio Pardo (SP), um município de economia centrada em café, pecuária, avicultura e cebola.

Algo em torno de 80% das propriedades agrícolas no município têm até 112 hectares, o que enquadraria a maioria dos produtores no primeiro critério aprovado pela Constituinte, de anistia a propriedades com até cinco módulos rurais. Quanto ao limite do crédito concedido, a estimativa de Charles Fred João, supervisor da carteira de crédito do Banco do Brasil (BB), em São José do Rio Pardo, é de que mais da metade dos tomadores de empréstimo para custeio no período seria beneficiada.

A anistia, no entanto, mais que distinguir proprietários e tomadores de crédito, no caso de São José do Rio Pardo, separa os produtores por tipo de cultura.

Produtores gaúchos acham itens confusos

por Euclides Torres de Porto Alegre

O presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Ari Marimom, declarou ontem que os termos da anistia aos produtores rurais são confusos e incompletos, porque mencionam limite em cinco mil Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) e também condiciona o perdão da dívida da correção monetária para proprietários de até cinco módulos rurais, o que na média gaúcha, significa 100 hectares. Marimom disse que a situação não está esclarecida, principalmente no que se refere aos arrendatários.

"Alguns itens são conflitantes", opinou o presidente da Farsul, achando que a anistia ficou muito restritiva. Ele disse que o governo fez "chantagem", anunciando que a anistia da correção monetária seria paga pelo trabalhador urbano. Disse que a Farsul não quer simplesmente um "perdão da dívida", mas uma negociação para reduzir o valor da correção monetária nos empréstimos rurais.

"Encontramos uma razoável abertura para negociar com os bancos privados, mas os bancos oficiais, com 80% do volume do crédito rural concedido, não aceitaram a negociação, permanecendo numa posição radical, temendo que a revisão dos empréstimos

"Criaram uma grande confusão"

por Vera Brandimarte de São Paulo

"Não é a solução. É a confusão", criticou ontem o presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Flávio Telles de Menezes, ao comentar as emendas aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte que anistiam a dívida de pequenos e microprodutores.

"As emendas são conflitantes e vão gerar enorme confusão judicial. Elas não decidem nada e ninguém sabe quem foi beneficiado." Telles de Menezes lembrou que os representantes da Frente Ampla da Agricultura Brasileira vinham desde fevereiro de 1987 alertando o governo para os problemas criados pelo Plano Cruzado e solicitou do governo a criação de um fundo de saneamento da Agricultura, que estudaria, caso a caso, uma solução para aqueles que estivessem enfrentando dificuldades.

O presidente da SRB disse que se recusa a acreditar que o governo mantenha por muito tempo a decisão de suspender os financiamentos para o campo. Ele lembrou que neste ano, graças à alta dos preços internacionais de produtos agrícolas, as condições para a agricultura produziram uma grande safra são excepcionais e, "se ficarmos nessa confusão vamos jogar fora essa boa oportunidade".

O presidente do Conselho Nacional do Café, Jaime Nogueira Miranda, lembrou um outro problema criado com a aprovação das emendas: as cooperativas tomaram financiamento e os repassaram a seus associados, muitos deles pequenos produtores. Agora eles vão querer o benefício da isenção da correção monetária, mas as cooperativas terão de arcar com o pagamento integral dos seus saldos devedores junto aos bancos.

Ministério da Fazenda. A perspectiva de escassez de recursos destinados ao plantio da safra 1988/89, que começa a ser cultivada a partir de setembro/outubro nas regiões Centro-Sul, deverá ser um dos instrumentos de pressão do governo.

Esta estratégia já vem sendo armada no Ministério da Fazenda, o anúncio de um novo pacote agrícola previsto para 13 de julho, quando o Conselho Monetário Nacional voltaria a reunir-se extraordinariamente, poderá não ocorrer, segundo técnico do Ministério da Fazenda. O custeio da próxima safra envolveria algo em torno de 749 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional. Caso o Ministério da Fazenda tenha de esterilizar recursos com o perdão da correção monetária este mesmo volume de dinheiro deixaria de ser repassado ao custeio da safra 1988/89, informou.

Agricultor vê "distorções"

por Eduardo Sganzerla de Curitiba

O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Paulo Carneiro, declarou ontem, em Curitiba, que a aprovação da anistia como foi decidida pela Constituinte resultou "em algo bastante distorcido". Segundo ele, "foi injusto de um lado, porque a generalização prejudica a análise de cada caso; por outro, foi ineficaz, pois estabelece restrições que acabam deixando de fora muitos produtores que deveriam ser beneficiados pela anistia".

Para mencionar um exemplo, Carneiro disse que limitar a concessão da anistia a agricultores proprietários de até cinco módulos rurais e que obtiveram empréstimos até, no máximo, 5 mil OTN "ocorreu marginalizando muitos outros". No entender do presidente da FAEP, produtores que, embora em dificuldades, estejam um pouco fora desses padrões "irão pagar a conta". O secretário Osmar Dias,

da Agricultura e Abastecimento, tem uma opinião semelhante à de Carneiro. No seu entender, "a anistia está cheia de injustiças". Em um ponto, argumentou, os que pagaram suas dívidas com sacrifícios deverão adotar medidas judiciais, justamente porque não houve um equilíbrio. Ele disse, também, que a decisão é "discriminatória", porque deixa de beneficiar um amplo segmento de pequenos produtores rurais também prejudicados pelo Plano Cruzado.

No primeiro caso estão os produtores de cebola; no segundo, pecuaristas, avicultores e cafeicultores. No início do mês de junho, começou a safra de cebola prevista para terminar em setembro.

No ano passado a região produziu 45 mil toneladas de cebola, cultivadas em pequenas propriedades, em média com 3 hectares, tocadas pelo proprietário com mão-de-obra familiar. A cebola tem boa rentabilidade e remunera os pequenos produtores. O crédito de custeio contratado em janeiro de 1987 foi totalmente saldado em outubro do ano passado, ainda que, naquele ano, o preço de comercialização do produto não tivesse atingido CZ\$ 3,00 o quilo, valor baixo de acordo com João Cabrera Filho, delegado agrícola de São José do Rio Pardo. Produtores pagaram o empréstimo a maioria dos contratos à base de 10% de juro sem correção monetária — com a renda do milho e feijão, culturas intercalares de verão. De acordo com a carteira agrícola do BB, apenas quatro produtores prorrogaram a dívida por dois anos e foram poucos os casos de inadimplência.

Neste ano, a comercialização da safra começou bem, com a cebola cotada a CZ\$ 80 o quilo; o crédito tomado em fevereiro, com vencimento em dezembro, principalmente para o custeio de adubo e semente; já está saldado por alguns produtores que colheram 10% da safra. "Se a safra de Santa Catarina, cuja comercialização inicia em setembro, não afetar os preços, os produtores não deverão ter problemas para saldar os compromissos", diz Abner Morita, da carteira agrícola do BB.

Cafeicultores, pecuaristas e avicultores, não anistiados pela Constituinte, afirmam não ter como saldar os empréstimos. "Se o governo não nos acudir, não teremos como pagar", diz Rubens Lobato Pinheiro, produtor no município,

de Curitiba. A perspectiva de escassez de recursos destinados ao plantio da safra 1988/89, que começa a ser cultivada a partir de setembro/outubro nas regiões Centro-Sul, deverá ser um dos instrumentos de pressão do governo.

Esta estratégia já vem sendo armada no Ministério da Fazenda, o anúncio de um novo pacote agrícola previsto para 13 de julho, quando o Conselho Monetário Nacional voltaria a reunir-se extraordinariamente, poderá não ocorrer, segundo técnico do Ministério da Fazenda. O custeio da próxima safra envolveria algo em torno de 749 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional. Caso o Ministério da Fazenda tenha de esterilizar recursos com o perdão da correção monetária este mesmo volume de dinheiro deixaria de ser repassado ao custeio da safra 1988/89, informou.

Ministério da Fazenda. A perspectiva de escassez de recursos destinados ao plantio da safra 1988/89, que começa a ser cultivada a partir de setembro/outubro nas regiões Centro-Sul, deverá ser um dos instrumentos de pressão do governo.

Esta estratégia já vem sendo armada no Ministério da Fazenda, o anúncio de um novo pacote agrícola previsto para 13 de julho, quando o Conselho Monetário Nacional voltaria a reunir-se extraordinariamente, poderá não ocorrer, segundo técnico do Ministério da Fazenda. O custeio da próxima safra envolveria algo em torno de 749 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional. Caso o Ministério da Fazenda tenha de esterilizar recursos com o perdão da correção monetária este mesmo volume de dinheiro deixaria de ser repassado ao custeio da safra 1988/89, informou.

de Curitiba. A perspectiva de escassez de recursos destinados ao plantio da safra 1988/89, que começa a ser cultivada a partir de setembro/outubro nas regiões Centro-Sul, deverá ser um dos instrumentos de pressão do governo.

Esta estratégia já vem sendo armada no Ministério da Fazenda, o anúncio de um novo pacote agrícola previsto para 13 de julho, quando o Conselho Monetário Nacional voltaria a reunir-se extraordinariamente, poderá não ocorrer, segundo técnico do Ministério da Fazenda. O custeio da próxima safra envolveria algo em torno de 749 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional. Caso o Ministério da Fazenda tenha de esterilizar recursos com o perdão da correção monetária este mesmo volume de dinheiro deixaria de ser repassado ao custeio da safra 1988/89, informou.

Ministério da Fazenda. A perspectiva de escassez de recursos destinados ao plantio da safra 1988/89, que começa a ser cultivada a partir de setembro/outubro nas regiões Centro-Sul, deverá ser um dos instrumentos de pressão do governo.

Esta estratégia já vem sendo armada no Ministério da Fazenda, o anúncio de um novo pacote agrícola previsto para 13 de julho, quando o Conselho Monetário Nacional voltaria a reunir-se extraordinariamente, poderá não ocorrer, segundo técnico do Ministério da Fazenda. O custeio da próxima safra envolveria algo em torno de 749 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional. Caso o Ministério da Fazenda tenha de esterilizar recursos com o perdão da correção monetária este mesmo volume de dinheiro deixaria de ser repassado ao custeio da safra 1988/89, informou.

Ministério da Fazenda. A perspectiva de escassez de recursos destinados ao plantio da safra 1988/89, que começa a ser cultivada a partir de setembro/outubro nas regiões Centro-Sul, deverá ser um dos instrumentos de pressão do governo.

Esta estratégia já vem sendo armada no Ministério da Fazenda, o anúncio de um novo pacote agrícola previsto para 13 de julho, quando o Conselho Monetário Nacional voltaria a reunir-se extraordinariamente, poderá não ocorrer, segundo técnico do Ministério da Fazenda. O custeio da próxima safra envolveria algo em torno de 749 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional. Caso o Ministério da Fazenda tenha de esterilizar recursos com o perdão da correção monetária este mesmo volume de dinheiro deixaria de ser repassado ao custeio da safra 1988/89, informou.

Ministério da Fazenda. A perspectiva de escassez de recursos destinados ao plantio da safra 1988/89, que começa a ser cultivada a partir de setembro/outubro nas regiões Centro-Sul, deverá ser um dos instrumentos de pressão do governo.

Esta estratégia já vem sendo armada no Ministério da Fazenda, o anúncio de um novo pacote agrícola previsto para 13 de julho, quando o Conselho Monetário Nacional voltaria a reunir-se extraordinariamente, poderá não ocorrer, segundo técnico do Ministério da Fazenda. O custeio da próxima safra envolveria algo em torno de 749 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional. Caso o Ministério da Fazenda tenha de esterilizar recursos com o perdão da correção monetária este mesmo volume de dinheiro deixaria de ser repassado ao custeio da safra 1988/89, informou.

Ministério da Fazenda. A perspectiva de escassez de recursos destinados ao plantio da safra 1988/89, que começa a ser cultivada a partir de setembro/outubro nas regiões Centro-Sul, deverá ser um dos instrumentos de pressão do governo.

Esta estratégia já vem sendo armada no Ministério da Fazenda, o anúncio de um novo pacote agrícola previsto para 13 de julho, quando o Conselho Monetário Nacional voltaria a reunir-se extraordinariamente, poderá não ocorrer, segundo técnico do Ministério da Fazenda. O custeio da próxima safra envolveria algo em torno de 749 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional. Caso o Ministério da Fazenda tenha de esterilizar recursos com o perdão da correção monetária este mesmo volume de dinheiro deixaria de ser repassado ao custeio da safra 1988/89, informou.

Sarney quer evitar a "ingovernabilidade" e prevê "sacrifícios"

por Elaine Lerner de Brasília

O presidente José Sarney tomara "todas as providências necessárias, com o maior rigor possível, para evitar que o País caia no descontrole e na ingovernabilidade". O alerta foi feito, ontem pela manhã, durante entrevista coletiva concedida pelo presidente, ao analisar as consequências econômicas da anistia aos microempresários e pequenos produtores rurais com débitos contrados durante o Plano Cruzado, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, na última quarta-feira. Disse, também, que, "infelizmente, seria muito bom se a Constituinte tivesse tido outra posição e uma visão mais profunda dos nossos problemas". Sarney descartou a hipótese de recasso, mas afirmou que o volume de recursos a ser despendido importará em um "sacrifício muito grande para o povo brasileiro".

O presidente disse que "todos nós temos acompanhado que estes últimos três anos têm sido de sacrifício e ônus para o povo brasileiro", acrescentando que paga "custos políticos altos nas decisões" que tem sido obrigado a tomar. Mas faz isso e continuará fazendo, porque é seu "dever" e é em benefício do povo.

De forma indireta, Sarney afirmou que o agravamento da crise econômica poderá levar a um impasse institucional, enquanto o seu desejo é retomar o desenvolvimento econômico e concluir o processo democrático. O presidente foi bastante claro ao lembrar que há vários exemplos de países da América Latina que mostram que "toda vez que nós enfrentamos problemas econômicos, esses problemas desembocam em problemas sociais, que, por sua vez, desembocam em problemas políticos. E os problemas políticos desembocam em problemas institucionais".

Ainda ontem, Sarney determinou ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a suspensão, por prazo indeterminado, dos programas orçamentários específicos para pequenas e médias empresas como forma de restringir a

Juristas criticam o perdão a empresários

por Eunice Nunes de São Paulo

A aprovação da anistia da correção monetária aos médios, pequenos e microempresários e produtores rurais desagradou aos especialistas em Direito ouvidos por este jornal.

"Chegamos à inversão total da lei. Os que cumpriram são punidos e os que desrespeitam são beneficiados", constatou o professor Celso Bastos, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional. "Todos são iguais perante a lei, mas os honestos serão punidos por sua honestidade", reclama o tributarista Ives Gandra da Silva Martins.

Bastos não nega que o Plano Cruzado criou situações penosas para as empresas e que algo precisava ser feito, mas classifica a anistia como um exagero e uma injustiça flagrante. "O problema poderia ser resolvido, por exemplo, com uma redução das taxas de correção monetária, porém a conclusão jamais poderia ter sido o perdão dos débitos. A anistia é uma doação de dinheiro para certas pessoas e todos sabemos que no meio dos verdadeiramente endividados muitos não pagaram de má-fé", comentou.

DISPOSITIVO MENOS ABRANGENTE Contudo, o professor ressalta que o dispositivo aprovado é menos abrangente do que aquele que foi apresentado num primeiro momento, pois estabeleceu muitas restrições para a concessão do perdão. "Há restrição quanto ao valor do débito, em relação à situação da pessoa, e os bancos poderão usá-la para discutir judicialmente a anistia. Vai ser muito difícil, por exemplo, saber se o dinheiro foi investido ou não de acordo com o estabelecido pelo financiamento".

Em relação aos empresários que pagaram as suas dívidas, Bastos acredita que não será viável o pedido judicial de restituição da parcela de correção monetária com base no princípio constitucional da igualdade. "Isso equivaleria a dizer que um dispositivo da Constituição é inconstitucional e, a luz do Direito Constitucional brasileiro, disposições constitucionais não se anulam entre si." Assim, para o constitucionalista, quem pagou não tem direito à restituição.

Dessa ideia não partilha Silva Martins, professor de Direito Tributário da Universidade Mackenzie, para quem, quando duas normas constitucionais são conflitantes — a anistia para alguns contrapõe-se à igualdade de todos perante a lei —, prevalece a de maior espectro. "A tese é polêmica, mas eu acredito que os que pagaram podem tentar

reaver a parcela de correção monetária através de uma ação de repetição de indébito, fundamentada no princípio da igualdade", declarou.

OPINIÕES DIFERENTES Quanto à possibilidade de as pessoas físicas que se endividaram no Plano Cruzado invocarem, analogicamente, a anistia aos microempresários para não pagarem a correção monetária de seus débitos, os dois juristas têm opiniões diferentes.

Bastos afirma que o dispositivo aprovado é excepcional e descreve os pressupostos para ser aplicado. Para ele, o princípio da igualdade é o mais simples e o mais difícil de pôr em prática e, na hipótese levantada, é muito difícil provar que uma pessoa física é igual a um microempresário. "Para a pessoa física invocar a analogia tem de comprovar uma situação idêntica e o juiz tem de reconhecer que a distinção feita pelo texto constitucional não existe", esclareceu.

Silva Martins, por sua vez, apesar de avisar que o tema é controverso, diz que cabe a integração analógica, pela qual o indivíduo pode comprovar que se encontra na mesma situação — dívida contraída durante o Plano Cruzado sem condições de quitação —, poderá pleitear a anistia.

Segundo Renato Hennel, advogado da Associação das Empresas Tomadoras de Recursos do BNDES (Adetore), as empresas que entraram na Justiça pleiteando a correção monetária "pro rata" para as suas dívidas, se enquadrarem nos requisitos da anistia, devem desistir da ação. Ele adverte, no entanto, que aquilo que foi pago não será devolvido, mas não descarta a possibilidade de solicitar a restituição da correção monetária através de ação de repetição de indébito.

despesa e "salvar o orçamento fiscal, sob pena de que com esse descontrole nós tenhamos uma hiperinflação e problemas muito maiores para o País". Logo após a votação, ainda na quarta-feira, Sarney determinou a imediata suspensão dos créditos para custeio e investimentos agrícolas durante o mês de julho. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, complementou afirmando que as "empresas viáveis continuarão a ter apoio do governo. Mas não adianta salgar carne podre, porque isso é péssimo para o povo". Não descartou a possibilidade de o governo recorrer a aumento de impostos para fazer crescer sua receita.

O presidente disse que "todos nós temos acompanhado que estes últimos três anos têm sido de sacrifício e ônus para o povo brasileiro", acrescentando que paga "custos políticos altos nas decisões" que tem sido obrigado a tomar. Mas faz isso e continuará fazendo, porque é seu "dever" e é em benefício do povo.

De forma indireta, Sarney afirmou que o agravamento da crise econômica poderá levar a um impasse institucional, enquanto o seu desejo é retomar o desenvolvimento econômico e concluir o processo democrático. O presidente foi bastante claro ao lembrar que há vários exemplos de países da América Latina que mostram que "toda vez que nós enfrentamos problemas econômicos, esses problemas desembocam em problemas sociais, que, por sua vez, desembocam em problemas políticos. E os problemas políticos desembocam em problemas institucionais".

Amato preocupa-se com o precedente

por Rosemeiry Tardivo de São Paulo

A anistia da correção monetária sobre os empréstimos de pequenos tomadores do Plano Cruzado pode representar um perigo precedente para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.

Amato afirmou que a aprovação da anistia representa um precedente perigoso para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.

Amato afirmou que a aprovação da anistia representa um precedente perigoso para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.

Amato afirmou que a aprovação da anistia representa um precedente perigoso para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.

Amato afirmou que a aprovação da anistia representa um precedente perigoso para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.

Amato afirmou que a aprovação da anistia representa um precedente perigoso para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.

Amato afirmou que a aprovação da anistia representa um precedente perigoso para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.

Amato afirmou que a aprovação da anistia representa um precedente perigoso para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.

Amato afirmou que a aprovação da anistia representa um precedente perigoso para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.

Amato afirmou que a aprovação da anistia representa um precedente perigoso para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.

Amato afirmou que a aprovação da anistia representa um precedente perigoso para a institucionalização do calote no País. Esta é a principal preocupação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), empresário Mário Amato, que disse ter recebido a decisão dos constituintes com "certa tristeza e muita certeza de que todos os brasileiros pagarão pela medida. "Vamos esperar que o impacto desta anistia sobre a economia nacional não seja tão alarmante", disse Amato.